

O REINO UNIDO VAI SAIR DA UNIÃO EUROPEIA?

John Palmer

1. INTRODUÇÃO

Em janeiro deste ano (2013) o primeiro ministro britânico, David Cameron, fez um discurso em que estabelece as demandas de seu governo para uma renegociação profunda dos termos da participação britânica na União Europeia. Neste discurso ele prometeu que o eleitorado britânico seria perguntando, em algum momento, se aprova os novos termos da permanência britânica, se as negociações tiverem sucesso, ou votar para a saída completa, caso fracassem (BBC News, 2013).

Apesar deste discurso ser prometido por muito tempo, e seu conteúdo ser vastamente previsível, de qualquer forma foi algo que chocou muitos dos parceiros britânicos na União Europeia. A primeira reação de Bruxelas e de outras capitais europeias foi alertar para que apenas a possibilidade de saída da União Europeia causaria danos aos prospectos econômicos e influência política britânicos.

A segunda reação foi eliminar qualquer renegociação no atacado dos termos de participação do Reino Unido, algo largamente descrito como “uma tentativa de escolher cerejas¹”: quais regras europeias Londres aceitaria, e quais

1 NT.: *Cherry pick* é uma expressão que significa analisar ou escolher informações ou provas que favorecem apenas um lado da discussão, ignorando quaisquer dados que contradizem esta posição.

rejeitaria no futuro (Reuters, 2013). Em Berlin e em outros locais, há simpatia pela ideia de uma “reforma” interna, incluindo algumas das prioridades de políticas favorecidas por Londres, mas não por uma remodelagem unilateral das condições da participação apenas do Reino Unido.

Após estudar as entrelinhas do discurso de Cameron, perguntas e dúvidas sobre uma possível saída também começam a aparecer no debate político doméstico no Reino Unido. Estas se intensificaram quando o Primeiro Ministro deixou claro que nenhum referendo seria feito após a próxima eleição geral no Reino Unido, em 2015, mas provavelmente próximo ao fim de 2017.

Uma questão óbvia a ser levantada é: “Quais são os prospectos realistas do Sr. Cameron e do Partido Conservador (que é o maior parceiro na atual coalizão governamental com os Democratas Liberais) realmente ganharem as próximas eleições gerais no Reino Unido?” Com base na evidência das últimas pesquisas de opinião, uma vitória dos conservadores parece improvável. Além disso, os prospectos de um governo de partido único, que um governo Conservador se forme sem os Liberais Democratas ou uma nova coalizão, parece ainda menos provável.

Os Liberais Democratas se mantêm fortemente opostos a quaisquer sugestões de uma saída do Reino Unido da União Europeia, assim como a principal oposição, o Partido Trabalhista. Então, para ter qualquer chance de implementar sua estratégia de referendo, o Sr. Cameron tem que arriscar tudo em uma mudança radical na sua sorte política dentro dos próximos dois anos.

No momento da produção deste artigo, algumas questões sérias têm sido levantadas sobre a liderança continuada do Sr. Cameron no Partido Conservador. Ele está sob intensa pressão da ala direita de seu partido, em questões desde negociações sobre o orçamento da UE até a nova lei de legalização do casamento gay. Alguns prevêem que ele pode até enfrentar um desafio interno à sua liderança do Partido nos próximos meses.

Em seu discurso, o Primeiro Ministro relacionou sua demanda por uma renegociação da participação britânica na UE ao resultado do que ele prevê que seja a maior nova ameaça à UE no futuro próximo. Ele insiste que um novo tratado – maior aprofundamento da integração política e econômica europeia – se tornou inevitável por conta da crise do euro.

David Cameron declarou repetidamente que uma integração mais forte da zona do euro é essencial se os 17 membros da moeda única quiserem por em prática um sistema de governança forte, politicamente responsável em

uma união monetária e econômica reformada na Europa. Em um estranho eco dos argumentos de ardentes pró-europeus, Cameron acredita que tais reformas sejam essenciais para que mais – e potencialmente desastrosas – crises sejam evitadas no futuro.

A explicação para porque o político britânico euro-cético avança um caso fortemente euro-integralista é que o essencial para o Reino Unido – apesar de fora da zona do euro – é a resolução da presente crise. Só então o crescimento econômico pode ser retomado, sem o qual os problemas agudos do próprio Reino Unido só tendem a piorar.

David Cameron está certo que, eventualmente, os países centrais da zona do euro – liderados por França e Alemanha – irão realmente precisar de tal tratado para entrar em acordo sobre arranjos institucionais, liderando a união econômica e monetária para a eventual união política. Mas o que é muito menos claro é como será o planejamento exato de uma negociação para um novo tratado da UE, considerando as questões controversas levantadas em muitos estados-membros da zona do euro.

2. A APOSTA IMPROVÁVEL DE CAMERON SOBRE O PLANEJAMENTO

Cameron está apostando que haverá uma Conferência Intergovernamental da UE em 2017 para buscar as mudanças necessárias nos tratados para fortalecer o funcionamento da zona do euro. É por isso que ele fala sobre uma data-alvo de um referendo “dentro/fora” para o Reino Unido no final de 2017. Ele advertiu que só será persuadido a reter um veto britânico a qualquer novo acordo da UE se suas demandas para novos termos radicais da participação do Reino Unido na União forem satisfeitas.

Porém, os sinais são de que tanto Berlin quanto Paris estão – por diferentes razões – ansiosos para adiar o momento de decisão sobre um novo grande acordo para uma união econômica e política mais profunda da zona do euro. A opinião pública alemã está nervosa sobre os custos para os contribuintes alemães. Enquanto os franceses, temem que um acordo que transfira mais autoridade política para decisões a nível de UE seja difícil de aprovar em um referendo.

Governos da UE estão agora ativamente procurando formas de avançar uma união bancária na zona do euro, e pelo menos alguns elementos de união fiscal sob as provisões dos tratados já existentes na UE. Se eles conseguirem

encontrar uma forma de fazer isto, o governo britânico perderia sua maior ferramenta de barganha: a ameaça de veto a um novo tratado, a não ser que fosse dado ao Reino Unido extensivas derrogações² em uma variedade de políticas comuns já existentes.

Londres tem sido cautelosa em detalhar quais mudanças específicas deseja ver em termos de participação. Mas as dicas são que o Reino Unido deve ter direito a derrogar em uma grande variedade de políticas sociais acordadas na UE – notavelmente os direitos trabalhistas, como a Diretiva de Horas de Trabalho – assim como uma variedade de compromissos existentes sobre justiça, crime e política de imigração. O Reino Unido também não quer nenhuma responsabilidade financeira, ou qualquer outra, sobre o funcionamento da zona do euro (The Guardian, 2013a).

3. DEMANDAS DO REINO UNIDO PELO DIREITO DE DERROGAÇÃO – E DE VOLTAR

Ao mesmo tempo, o governo Cameron também irá buscar uma variedade de garantias para que desenvolvimentos futuros no mercado único europeu – do qual o Reino Unido é entusiasta de continuar parte – não afetem de forma adversa os interesses dos mercados financeiro e bancário da cidade de Londres. Juntas, estas demandas somam para a criação de uma nova classe privilegiada de participação do Reino Unido, sem a responsabilidade total sobre os interesses coletivos europeus. Eles ofereceriam concessões que estão indisponíveis para outros estados-membros.

Confrontação entre o Reino Unido e seus parceiros na UE poderia começar já no ano que vem. Londres já disse que “está disposto” a renunciar à maioria das formas de cooperação sobre justiça e polícia europeias. Sob o Tratado de Lisboa, até 2014 o Reino Unido é obrigado a aceitar a autoridade da Corte de Justiça Europeia (CJE) sobre mais de 130 acordos existentes que tratam da polícia e cooperação judicial da UE – ou derrogar de todos eles³ (The Guardian, 2013b).

O governo britânico, porém, também quer o direito de voltar a participar (“opt back in”) de áreas específicas de cooperação na União Europeia, se pos-

2 Tradução do termo “opt out”, que significa o direito de determinados estados-membros de não participar da legislação ou estrutura comum da União Europeia.

3 Os perigos desta abordagem tem sido destacados pelo ex-ministro sênior Conservador, Lord Howe.

teriormente julgar que sejam de interesse britânico. Esta abordagem tem sido amplamente criticada em outras capitais europeias como uma licença inaceitável de “escolher cerejas”⁴ nas políticas comuns da UE. Isto tem sido denunciado como um precedente perigoso que – se seguido por outros – levaria, eventualmente, a uma desintegração caótica da União.

Sem surpresa, então, as reações do resto da UE variaram de “frias” a “frígidas”. A Chanceler alemã, Angela Merkel, o Presidente francês, François Hollande, e o Primeiro Ministro italiano, Mario Monti, encabeçaram um coro de líderes advertindo que tal abordagem britânica de “pegar ou largar” poderia ser completamente contra-produtiva (BBC News, 2013b e European Voice).

Respondendo à questão em Londres, em 5 de fevereiro de 2013, sobre se o futuro governo alemão incluindo os Social Democratas concordaria com um “acordo especial” somente para o Reino Unido, o líder do Partido Social Democrata, Peer Steinbrück, respondeu: “Absolutamente não!”⁵ Até os Primeiros Ministros dos Países Baixos e da Suécia, que dividem algumas prioridades conservadoras com David Cameron, o advertiram para evitar a estratégia fadada ao fracasso e assim arriscar a eventual saída do Reino Unido.

Em todo caso, há uma série de grandes condições “SE” a serem cumpridas pela “renegociação compreensiva” de David Cameron sobre os termos de participação do Reino Unido para que tenha qualquer perspectiva de sucesso:

- Ele só pode proceder SE for reeleito como resultado das eleições gerais de 2015 no Reino Unido.
- Ele só pode usar sua ameaça de veto em um novo grande acordo da União Europeia SE o resto da organização decidir que tal acordo é inevitável nos próximos quatro anos.
- Acima de tudo, o acordo que Cameron demanda só é possível SE todos os outros 27 estados membros (com a Croácia se tornando o 28º) concordarem unanimemente.

É mais provável que o resto da União Europeia ofereça ao Reino Unido um número restrito de concessões menores nas suas demandas de derrogação.

4 NT: Vide nota 3.

5 Veja: Social Europe.

É virtualmente impossível imaginar que Londres irá receber toda a reestruturação de sua participação buscada pela maior parte do partido de Cameron.

4. POR QUE OS BRITÂNICOS SÃO UM PROBLEMA TÃO PERENE?

Por mais importantes que estas questões específicas sejam, elas não respondem à questão “Por que o Reino Unido se tornou um problema tão perene para o resto da União Europeia?”. Também pode-se perguntar como as questões chegaram ao ponto onde, 40 anos após se juntar à União Europeia, o Reino Unido contempla seriamente sair com o apoio de uma proporção significativa do público britânico (Wall Street Journal, 2013).

Algumas das respostas para estas perguntas então no desenvolvimento histórico britânico. Há uma má interpretação, que nos anos após a Segunda Guerra Mundial, os líderes políticos britânicos não só eram a favor de uma cooperação europeia mais próxima, como até advogavam uma união política federal europeia. Por um discurso em particular, setembro de 1946 em Strasbourg, o líder dos tempos de guerra, Winston Churchill, é frequentemente citado:

Se a Europa estivesse uma vez unida na partilha de suas heranças comuns, não haveria limite para a felicidade, para a prosperidade e glória que seus trezentos ou quatrocentos milhões de pessoas poderiam aproveitar. Ainda assim, é da Europa que brotou a série de assustadoras disputas nacionalistas, originadas pelas nações teutônicas, que nós vimos mesmo neste século XX e em nossas vidas, destruir a paz e estragar os prospectos de toda a humanidade. Nós temos que construir um tipo de Estados Unidos da Europa. (Ian Bell, 1995)

Na verdade o substituto de Churchill nos tempos de guerra, Clement Attlee, e o Primeiro Ministro britânico trabalhista no pós-guerra, tinha sido ainda mais franco em um momento anterior quando declarou: “A Europa tem que federar ou perecer.” Mas um exame mais próximo mostra que, na realidade, ambos os homens queriam que este caminho fosse tomado por outros países europeus e não pelo próprio Reino Unido.

Winston Churchill invocou outra imagem ainda mais complicada para ilustrar o lugar do Reino Unido no mundo pós-guerra, que deveria sempre estar na interseção de três círculos sobrepostos. Um círculo representado pela

relação com os Estados Unidos, outro com as antigas colônias britânicas, ou a “Commonwealth”, e o terceiro círculo simbolizava as relações britânicas com a Europa. O Reino Unido não deveria abrir precedentes para qualquer um dos três círculos, que seriam de igual importância.

5. UM ATRASADO ACHA DIFÍCIL REFORMAR AS REGRAS

Esta visão deu forma ao pensamento governista por muitos anos a seguir. A imagem dos círculos sobrepostos de Churchill foi algo que informou a reação hostil do Presidente de Gaulle às tentativas iniciais britânicas de negociar entrada no que na época era a Comunidade Econômica Europeia (ibid) . A suspeita de que o Reino Unido fosse o “Cavalo de Tróia” para os interesses de Washington dentro da UE se manteve. Os franceses não foram convencidos pelo fato de que sucessivas administrações americanas consistente e apaixonadamente advogaram a favor da participação britânica no “Projeto Europeu.” (Pinder, 1991)

Quando se tratava do lançamento planejado da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1952 – o primeiro passo no caminho para uma maior integração europeia – ministros britânicos eram profundamente céticos sobre qualquer proposta de envolvimento. Ernest Bevin, o Secretário de Exterior na época, disse sobre a Comunidade do Carvão e do Aço: “Se você abrir a Caixa de Pandora, você nunca sabe quais Cavalos de Tróia sairão” (Broad, 1991).

Seu colega, o Primeiro Ministro substituto, Herbet Morrison, foi ainda mais depreciativo: “Os mineiros de Durham não vão aceitar isso,” disse ele em referência ao poderoso Sindicato Nacional dos Mineiros. Nos anos que se seguiram, esta rejeição da importância significativa de longo prazo do processo de integração europeia para o Reino Unido se provou custosa.

Os governos conservadores subsequentes que estiveram no poder na maior parte dos anos 1950 e início dos anos 1960 não foram mais encorajadores. Em 1952, o Secretário de Exterior, Antony Eden, falou de “frequentes sugestões que o Reino Unido deveria se juntar à federação do continente europeu. Isto é algo que nós sabemos, lá no fundo, que não podemos fazer” (Maitland, 2001).

O Reino Unido perdeu as datas-chave para participar e assim influenciar o caráter do lançamento da Comunidade do Carvão e do Aço (1952) e da Comunidade Econômica Europeia (1958). Quando o Reino Unido mudou de ideia e procurou participar, as características básicas e as prioridades de

políticas já haviam sido decididas. Inevitavelmente, estas nem sempre foram complementares aos interesses britânicos quando a participação finalmente ocorreu, em 1973.

Uma razão da indiferença britânica em relação ao apelo da integração europeia na primeira década após 1945 foi, descuidadamente, a aparente proeminência econômica e industrial do Reino Unido sobre seus competidores europeus. Como Sir Roy Denman, um diplomata britânico sênior e especialista nas negociações de comércio britânico, colocou em uma conversa comigo: “Pessoas demais em altos postos de Londres estavam contentes em apontar que o Reino Unido era o produtor líder de aço, carros, produtos químicos, ferramentas para máquinas e outros setores importantes na Europa. Isto também parecia ter “cativado” mercados nos países da Commonwealth britânica. ‘Quem precisa da Europa?’ era a atitude” (Denman, 1996).

Havia uma profunda convicção nos círculos tomadores de decisão britânicos que as tentativas de lançar uma integração europeia estavam fadadas ao fracasso. Isto explica porque o Reino Unido decidiu rejeitar o convite para participar das discussões preliminares que eventualmente levaram os seis estados fundadores (Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) a assinar o Tratado de Roma em 1957, e lançar a Comunidade Econômica Europeia em 1958 (Pinder, 1991).

6. CHEGANDO A UM ACORDO COM A REALIDADE

No começo dos anos 1960 este otimismo tinha dado lugar a um entendimento mais realista do declínio da base industrial britânica e sua perda de competitividade para as economias da Europa continental, que tinham sofrido uma modernização e reestruturação. Também houve um entendimento mais claro que o antigo império britânico – os países africanos e asiáticos da Commonwealth – não poderiam oferecer os mesmos prospectos de crescimento de exportação do chamado “Mercado Comum Europeu.”

As duas primeiras tentativas de participação por parte do Reino Unido foram respondidas com veto francês, parcialmente por causa das concessões especiais demandadas para os países da Commonwealth e parcialmente por causa da ambiguidade britânica sobre a prioridade que daria à sua aliança com os Estados Unidos em comparação com seu comprometimento na cooperação de política externa com a Comunidade Europeia. Neste momento, também já

era óbvio que devido à perda de proeminência econômica britânica, algumas concessões especiais na escala de contribuições que teria que fazer para a verba da CE seriam necessárias.

O fracasso das tentativas do governo britânico de construir uma alternativa à União Europeia – através da Associação Europeia de Livre Comércio – combinado com as pressões vindas dos Estados Unidos e a percepção das circunstâncias econômicas reduzidas do Reino Unido, finalmente levaram a uma mudança de ideia. Mas sob o Primeiro Ministro Harold MacMillan, nos anos após a crise do Canal de Suez em 1956, o principal objetivo estratégico do Reino Unido se tornou a entrada na UE.

Como resultado dos esforços determinados por parte do governo conservador liderado por Edward Heath – o último Primeiro Ministro britânico conservador indubitavelmente pró-europeu – aderiu ao que posteriormente se tornaria a União Europeia. A única séria oposição política doméstica veio de alguns membros tanto da ala direita quanto da esquerda do Partido Trabalhista, assim como da extrema direita da Liga dos Leais ao Império.

7. UMA RENEGOCIAÇÃO SEM SIGNIFICADO

Seguindo a eleição do governo Trabalhista liderado por Harold Wilson em 1974, divisões internas no partido sobre a Europa levaram à chamada “renegociação” dos termos da entrada britânica. Na realidade, as mudanças feitas foram minúsculas e puramente cosméticas. Porém, Wilson colocou o acordo sob referendo em 1975, que foi aprovado por uma esmagadora maioria de 2 para 1.

Nos anos que se seguiram, duas metamorfoses lentas mas notáveis aconteceram nos dois principais partidos políticos britânicos. Durante os anos 1970 e no começo dos 1980, o Partido Trabalhista se tornou crescentemente crítico da UE vendo-a essencialmente como um projeto reacionário, *capitalista*.

Porém, após a chegada do socialista francês, Jacques Delors, à presidência da Comissão Europeia, e acordos sobre as novas estratégias para melhorar os padrões sociais e os direitos dos trabalhadores foram adotados, o Partido Trabalhador se tornou mais pró-europeu. Quando Delors falou em uma conferência entusiasta dos sindicatos britânicos ele foi recebido com coros de “Frère Jacques”⁶ – contribuindo para a irritação do partido Conservador.

6 NT: Frère é a palavra francesa para irmão.

Durante os anos 1980, o que foi inicialmente uma pequena maioria euro-cética no partido Conservador começou a crescer em influência. Mas quando Heath foi substituído como líder do partido por Margaret Thatcher em 1975, ela era no início fortemente pró-europeia. Este autor lembra dela respondendo à questão: “O que você quer conseguir na Comunidade Europeia?” com a resposta: “O Tratado de Roma, todo o Tratado de Roma e nada mais que o Tratado de Roma”⁷.

O crescente euro-ceticismo foi alimentado por diversos fatores diferentes. O primeiro foi o aumento notável na escala de contribuições anuais líquidas por parte do Reino Unido para o orçamento da UE. Isto foi em parte resultado do alargamento regular da União Europeia para novos estados membros, mas também refletido no desequilíbrio das políticas de gastos da organização (notavelmente a escala de gastos é algo que poderia ter sido revisto se o Reino Unido tivesse sido um dos membros fundadores da UE)⁸.

A escala de gastos na Política Agrícola Comum foi uma fonte particular de queixa, já que o Reino Unido tinha o setor agrícola pequeno. Porém, isto disfarçou o fato que grande proprietários de terra britânicos tinham sucesso com a Política Comum, tendo a maior renda PAC per capita na União Europeia. Outra política controversa que foi criada antes da entrada do Reino Unido foi a Política de Pesca Comum, apesar dos britânicos serem tão relutantes quanto outros estados-membros para dar atenção aos alertas de especialistas sobre os perigos da pesca em excesso.

O que parecia ser uma inclinação para a esquerda das políticas da UE nos anos 1980 e começo dos 1990, – particularmente após a entrada dos países nórdicos – também foi fonte de reclamações pela ala direita dos conservadores britânicos. Eles também foram alarmados com o alargamento de áreas de responsabilidades transferidas para a UE por sucessivos tratados (incluindo o Ato Único Europeu e os Tratados de Maastrich e Amsterdã), sobre áreas que incluem justiça, policiamento e imigração.

7 Sra. Thatcher estava respondendo a uma pergunta colocada por mim em uma coletiva de imprensa em Bruxelas, dada durante sua primeira visita oficial.

8 Uma consideração compreensiva das negociações complexas e prolongadas sobre o abatimento no orçamento britânico por muitos anos é dada em “Britain’s Quest for a Role” by Lord Hannay, publicado por IB Tauris, Londres, 2013. Lord Hannay foi um diplomata britânico senior e ex-embaixador para ambas a União Europeia e as Nações Unidas.

Mas foi o orçamento que desencadeou a primeira grande crise nas relações Reino Unido / UE. A Sra. Thatcher lançou uma ofensiva completa no Conselho Europeu de Dublin em 1979 com um toque de corneta: “Eu quero meu dinheiro de volta”⁹. Ao longo dos subsequentes e rabugentos anos de barganha, ao Reino Unido foi eventualmente dado um privilegiado “desconto” na verba, em um esforço de criar um limite para suas contribuições líquidas.

Porém, ao longo do tempo o corte especial no orçamento para o Reino Unido se tornou algo como uma anomalia já que praticamente todos os outros estados-membros mais antigos da UE também tinham se tornado significativos contribuintes para o orçamento. Isto refletia a mudança nas prioridades do orçamento europeu para ajudar a força do progresso econômico nos estados membros do sul e, especialmente após a queda do Muro de Berlin, do leste.

O resultado na última década tem sido que o crescimento do orçamento da União Europeia como um todo diminuiu em importância, como um grande instrumento para alcançar os objetivos macroeconômicos da União em geral. Atualmente, a UE concorda amplamente com a necessidade de impulsionar investimentos e outras medidas de crescimento sustentável para criar empregos e compensar a profunda recessão produzida pela crise bancária global. Mas, argumentos paralisantes sobre a distribuição de custos e benefícios do orçamento da UE resultaram em um virtual congelamento por vários anos.

O Reino Unido tem por muito tempo defendido a causa de um único mercado europeu, e tem pedido mais ações para completar tal mercado em áreas como energia e finanças. Mas a larga regulação da UE para garantir igualdade de condições no mercado internacional levantou críticas dos euro-céticos britânicos. Eles argumentam que algumas das regulamentações vão de encontro à inovação e ao empreendedorismo.

Porém, tem sido de largo acordo que foram as medidas de acompanhamento em torno do mercado único – notavelmente o livre movimento de pessoas assim como de bens, serviços e capital – que desencadearam a maior oposição entre euro-céticos conservadores. Os últimos anos tem visto um movimento significativo de trabalhadores da Polônia, dos estados Bálticos e alguns outros membros da UE em direção ao Reino Unido.

9 Esta foi outra resposta a uma pergunta minha na coletiva de imprensa pela Lady Thatcher no Conselho Europeu de Dublin em 1970.

O principal problema não tem a ver, primariamente, com os bons trabalhadores cidadãos dos membros da UE que escolheram ir para o Reino Unido. O problema mais frequente tem sido o fracasso das autoridades britânicas em planejar as provisões necessárias para o alojamento e outros serviços sociais, particularmente nas áreas mais carentes das cidades no interior. Polonês é hoje em dia a segunda língua mais falada no Reino Unido depois do inglês (antes da língua galesa) (The Independent, 2013). É raro ouvir alguém dizer algo ruim sobre indivíduos poloneses ou suas comunidades, ao contrário, há elogios à sua reputação de trabalhadores duros e seus valores familiares.

Seria um erro identificar o euro-ceticismo sem falar nas ramificações mais violentas – eurofobia – apenas por parte do partido conservador. Nos anos recentes tem havido um crescimento no apoio a populistas de direita como o Partido Independente do Reino Unido (UKIP) e até partidos neofacistas como o Partido Nacional Britânico.

Suporte dos eleitores para o UKIP cresceu às custas do Partido Conservador e poderia custar muito nas próximas eleições gerais. Isso, por sua vez, levou ao crescimento do *lobby* militante euro-cético dentro do próprio partido do Sr. Cameron no Parlamento. Ele tem recebido pressões deste grupo, o que finalmente o levou – contra sua dúvidas originais – a prometer um referendo de aprovação da permanência na UE neste ano (The Daily Telegraph, 2013).

Mas seria um erro não identificar algumas outras linhas no debate político que alimentaram o euro-ceticismo. O que foi vastamente visto como uma forma lenta e incompetente de lidar com a crise do euro também foi um fator importante.

Além disso, o que também foi visto como a ênfase crua, excessiva e contra-produtiva na austeridade econômica – notavelmente na instância do governo alemão liderado pela Chanceler Angela Merkel – também diluiu a base pró-europeia do Partido Trabalhista, dos sindicatos e de muitos Liberais Democratas.

O desencantamento pode diminuir se, nos próximos meses, os países da zona do euro forem vistos como se estiverem tomando ações vigorosas para gerar emprego e crescimento sustentável. Mas caso fracassem nisso, a crise financeira e econômica mudará para uma perigosa crise social e política – mas apenas do sul da Europa – e o sentimento popular no Reino Unido pode balançar decisivamente em favor de sua saída.

Mais ou menos há uma década, qualquer discussão sobre as dificuldades das relações britânicas com a União Europeia teriam focado no famoso co-

mentário do antigo Secretário de Estado americano, Dean Acheson em 1962: “A Grã-Bretanha perdeu um império e ainda não encontrou um papel.” Enquanto alguns sonham com uma relação realmente especial entre o Reino Unido e os Estados Unidos – fora da UE – talvez como parte de área de livre comércio atlântica, poucas pessoas no Reino Unido acham esta ideia crível.

Tanto o Reino Unido e (mais recentemente) os Estados Unidos parecem preparados para reconhecer suas óbvias limitações econômicas e de projeção de poder se fossem os policiais globais. As guerras do Iraque e agora no Afeganistão são profundamente impopulares com a direita e também com a esquerda. Ambições de serem os únicos e especiais subalternos da política externa dos Estados Unidos não mais motivam os políticos britânicos de qualquer dos principais partidos. Consequentemente, esta fonte de tensão entre o Reino Unido e outros governos-chave da UE deve continuar diminuindo.

Ao longo dos últimos anos, outro elemento forte tem sido acrescentado à mistura política do euro-ceticismo no Reino Unido. Isso pode ser melhor resumido como um senso de identidade nacional diminuída, se não perdida. Pra ser claro, nós não estamos falando primariamente sobre o Reino Unido (a união da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte) nem mesmo da própria Grã-Bretanha (a união da Inglaterra com os Países de Gales e a Escócia).

O senso de identidade nacional enfraquecida está mais especificamente aliado a um dos nacionais constituintes da união do Reino Unido – a Inglaterra. Hoje em dia as históricas linhas divisórias entre as consciências nacionais “britânica” e “inglesa” foram misturadas. Antes da Segunda Guerra Mundial, líderes políticos (incluindo em ocasiões, Churchill) se referem ao “destino da Inglaterra” e até do “Império inglês” quando, eles estavam estritamente falando da Grã-Bretanha.

As últimas duas décadas viram um incrível renascimento das identidades nacionais distintas da Escócia e do País de Gales. Até a Irlanda do Norte – casa de duas comunidades competidoras, irlandesa e Ulster inglesa – concordou com um incrível nível de auto-regulação política. Na Escócia, haverá um referendo para aprovar um pedido de completa independência – ainda se mantendo um membro da UE.

Mesmo se a independência incompleta não for aprovada, é certo que a Escócia atingirá um nível radical de auto-regulação autônoma, enquanto o País de Gales – e possivelmente a Irlanda do Norte – também vão querer poderes

adicionais de auto-governo. É, pelo menos, uma pergunta aberta se o futuro da União Britânica está mais em questão que o futuro da União Europeia.

Ainda que “Inglaterra” é de longe a maior e mais economicamente desenvolvida região do Reino Unido, lidar com a questão de devolução de poderes equilibrada e com a possibilidade de um futuro Parlamento e governo ingleses é muito complicado. Atualmente muitas das frustrações que tem alimentado a causa do euro-ceticismo tem a ver tanto com os desenvolvimentos internos do Reino Unido como com as relações Reino Unido/ União Europeia.

Enquanto o debate doméstico sobre o futuro do Reino Unido na União Europeia se intensifica, o Presidente Obama, entre outros, tem expressado medo que o Reino Unido possa “andar por engano como um sonâmbulo em direção à sua saída da União Europeia”¹⁰. Entre as outras gerações dos Conservadores britânicos pró-europeus há um profundo senso que as táticas de David Cameron são dirigidas mais pelas considerações táticas de excessivo curto prazo do que por qualquer estratégia de mais longo prazo.

Certamente o governo de Cameron está muito relutante em responder questões sobre quais alternativas seriam buscadas se as demandas de renegociação para os termos de participação na UE terminarem em fracasso. Alguns conservadores eurofóbicos de linha dura falam vagamente sobre laços comerciais e econômicos mais próximos com a Commonwealth, com os Estados Unidos ou, de forma mais geral, com as economias de crescimento rápido na Ásia e na América Latina.

Na prática, o centro do partido Conservador preferiria uma forma de participação que fosse um pouco mais que a total participação no Mercado Único e a “cooperação estreita” com os países da UE em outras questões selecionadas. Inicialmente havia muito falatório que – se as negociações fracassarem – o Reino Unido poderia assegurar um acordo do tipo que ligaram a Noruega e a Suíça ao mercado único.

Menos tem sido ouvido sobre isso enquanto cresce a consciência que sob seus acordos especiais com a UE, tanto a Noruega quanto a Suíça não tem nenhuma participação na tomada de decisões sobre as políticas e regulamentações do mercado comum. Também há uma preocupação real que o estado estrutural da economia britânica seja ainda mais fraco do que parece. Especial-

10 Veja, Financial Times.

listas já estão destacando o declínio agudo da libra frente ao euro e a outras moedas líderes.

Não é óbvio, portanto, que o Reino Unido irá renegociar de uma posição de significativa força quando as conversas chegarem ao ponto buscado por Londres, das mudanças sobre sua participação. Muitos grandes negócios britânicos, que se mantiveram bem fora das controvérsias sobre o futuro do Reino Unido na União Europeia, agora mostram alarme com a possível saída da UE (The Guardian, 2013).

Claro que o movimento sindical, que sabe muito bem que o governo Cameron quer enfraquecer o direito dos trabalhadores como parte de uma desejada “repatriação” de poderes da UE para o Reino Unido, estará clamando ativamente um voto “Sim” quando a hora chegar. Assim como muitas ONGs, organizações de sociedade civil e autoridades regionais e locais que se beneficiaram das iniciativas da UE.

Em uma recente pesquisa de opinião (Reuters, 2013a) (*22) já há uma mudança pequena e frágil no sentimento em relação ao suporte da participação continuada do Reino Unido na União. Pesquisas mais significativas também demonstram uma divisão impressionante de opiniões entre os segmentos mais novos e mais velhos da população. Uma pesquisa mostra uma divisão de 65/34 em favor do voto “Sim” nos que tem idades entre 18 e 24 anos, uma pequena maioria do “Sim” entre 25 e 50 anos de idade, e grandes majorias “Não” para grupos com idades mais velhas.

O fato se mantém de que ainda há pelo menos quatro anos antes que qualquer referendo seja feito. As chances de um referendo direto entre dentro/fora nunca ser realizado, como resultado das forças políticas domésticas dentro do Reino Unido, estão crescendo. Se os Trabalhistas formarem o próximo governo britânico, não há dúvidas que haverá negociações sobre uma “reforma” acelerada da União Europeia – algo sobre o qual há um acordo significativo nos outros países.

Os Trabalhistas já disseram que só vão realizar um referendo para aprovar um acordo futuro que envolva *mais transferências da soberania britânica para a União Europeia*. Por outro lado, se o sentimento público pendular novamente em direção ao apoio à continuada adesão à UE, não é impossível que os Trabalhistas realizem um referendo de dentro/fora a fim de resolver a questão no futuro.

Se Cameron navegar com sucesso todos os obstáculos políticos à sua maneira, realizar um referendo de dentro/fora e optar pela saída do Reino Unido,

o que será então? Um fator potencial que deve influenciar a estratégia britânica nesta altura pode ser os arranjos de longo prazo que, no futuro, a UE pode querer fechar com aqueles países que não se tornaram membros da União.

O alargamento da UE por si só irá provavelmente concluir que a adesão de países do oeste dos Balcãs mais Islândia e Noruega, onde opiniões se mantêm divididas sobre a participação completa, também é possível. Isto deixará importantes vizinhos como Turquia, Ucrânia e outros que irão pressionar para uma associação próxima com a UE para compensar terem o acesso total negado.

Será que tal associação econômica e política com a UE apelará ao Reino Unido nas consequências de um referendo cujo resultado seja em favor da saída? É improvável, até mesmo assim, que a crise financeira e econômica da zona do euro tenha sido controlada e um processo de completa união econômica e política tenha começado.

Enfrentando a realidade de marginalização permanente em uma associação puramente externa com a União Europeia, e a conseqüente perda de influência sobre a tomada de decisões econômicas, políticas e de segurança em um mundo ainda mais globalizado, as chances ainda devem ser que os britânicos eventualmente optem por se manter membros completos da União Europeia. Mas esta pode ser uma decisão muito apertada.

JOHN PALMER foi anteriormente Editor Europeu do jornal The Guardian e então Fundador/Diretor Político do Centro de Políticas Europeias em Bruxelas. Ele é membro do Conselho Consultor Do Fundo Federal em Londres e é *Practitioner Fellow* Visitante no Instituto Europeu na Universidade de Sussex.

REFERÊNCIAS

PICKARD, Jim and PARKER, George (in London) and Richard McGregor (in Washington). Stay at heart of Europe, US tells Britain. <http://www.ft.com/cms/s/0/36314b08-5a70-11e2-bc93-00144feab49a.html>

David Cameron speech: UK and the EU. BBC News, January 15, 2013(a). <http://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-21170265>

BAKER, Luke. Brussels on edge ahead of Cameron's EU speech. Reuters, 16 de janeiro, 2013a <http://www.reuters.com/article/2013/01/16/britain-europe-diplomats-idUSL6N0AK9UV20130116>

URBAN, Mark. Why is Cameron's Europe speech so significant? BBC News, 15 de janeiro, 2013(b). <http://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-21172273>

European Voice. <http://www.europeanvoice.com/>

WATT, Nicholas; TRAVIS, Alan. EU referendum plan attacked by pro-Europe Tory Lord Howe. The Guardian, 31 de janeiro, 2013(b). <http://www.guardian.co.uk/politics/2013/jan/31/eu-referendum-tory-lord-howe>

TRAVIS, Alan. Coalition talks stumble over mass opt-out from EU rules. The Guardian, 31 de janeiro, 2013. <http://www.guardian.co.uk/politics/2013/jan/31/coalition-opt-out-eu-justice>

RAWLINSON, Kevin. Polish is the second most spoken language in Britain, as census reveals 140,000 residents cannot speak English at all <http://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/polish-is-second-most-spoken-language-in-england-as-census-reveals-140000-residents-cannot-speak-english-at-all-8472447.html>

WALL STREET JOURNAL, 16 de janeiro, 2013.

BELL, Ian. The Throw That Failed – Britain's 1961 Application to Join the Common Market. 1995.

THE GUARDIAN. Londres – 10 de janeiro, 2013

U.K.'s Anti-EU Party Gains Ground. <http://online.wsj.com/article/SB10001424127887324235104578243671960611386.html?KEYWORDS=UK+withdrawal+EU>

PINDER, John. The Building of a Union Publicado por Oxford University Press, 1991.

BROAD, Roger. Labour's European Dilemmas. publicado por Palgrave, Londres 1991.

MAITLAND, Sir Donald. The Running Tide. Bath University Press, 2001.

THE DAILY TELEGRAPH. Londres, 13 de janeiro, 2013.

DENMAN, Sir Roy. Missed Chances – Britain and Europe In the 20th Century. Cassell, 1996.